

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fernanda Cilene Moreira de Meira¹
Nathalia Aparecida Neves de Andrade²

RESUMO

O direito de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência na Educação Básica é amplamente reconhecido. Diante disto, este trabalho tem como problema de pesquisa: existem barreiras de acessibilidade que dificultam a escolarização de alunos com deficiência? Para responder à pergunta este trabalho tem como objetivo analisar as condições de acesso e permanência de alunos com deficiência na educação básica considerando as possíveis barreiras de acessibilidade enfrentadas para permanência nas instituições de ensino. Para isso, será realizada uma revisão de literatura na biblioteca virtual de revistas científicas SciELO, no Portal de Periódicos CAPES e na Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc) com uso dos descritores Inclusão Escolar, Educação Especial, Educação Inclusiva, Necessidades especiais, Matrícula, Acesso, Frequência, Permanência, Educação Básica, Ensino fundamental, Ensino médio. O programa Rayyan foi utilizado para organizar a leitura e seleção dos artigos pelos pesquisadores. O total de 141 artigos foram adicionados ao programa, a análise dos estudos foi realizada, inicialmente, pela leitura dos títulos e resumos, totalizando 53 artigos que se enquadraram nos critérios de seleção destacados. Após seleção dos artigos, os dados foram analisados com uso do software Iramuteq, por meio de análises estatísticas sobre textos e palavras. Serão utilizadas a análise de Especificidades e Análise Fatorial Confirmatória (AFC), Classificação hierárquica descendente (CHD) e nuvem de palavras fornecidas pelo software. Espera-se que os resultados da revisão de literatura permitam compreender os conhecimentos que foram construídos na área, bem como os avanços em relação a legislação, recorrências e lacunas de pesquisas já realizadas no Brasil.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Acesso, Permanência, Educação Básica.

¹ Professora do Ensino Superior, docente do curso Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – MG, fernanda.meira@uemg.br;

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – MG, nathalia.1396137@discente.uemg.br

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), Brasil (2008), apresenta os marcos históricos e normativos do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, destacando seu início no período imperial, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e do Instituto dos Surdos Mudos (1857), hoje denominados respectivamente Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional da Educação dos Surdos, no Rio de Janeiro. Destaca, em seguida a criação do Instituto Pestalozzi (1926), da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em (1954) e Sociedade Pestalozzi (1945). No entanto, o mesmo documento afirma que, historicamente, a escolarização constituiu-se como privilégio e que as políticas e práticas educacionais legitimavam a exclusão daqueles que não pertenciam ao grupo privilegiado. Apenas com a democratização da educação, os sistemas de ensino iniciaram o processo de universalizar o acesso, “[...] mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.” (Brasil, 2008, p. 6)

Diante disto, considerando o paradoxo da inclusão e exclusão escolar de alunos com deficiência, originou-se problema de pesquisa a partir da seguinte pergunta: existem barreiras de acessibilidade que dificultam o acesso e permanência para escolarização de alunos com deficiência no Brasil? Afim de responder à pergunta, tem-se como objetivo analisar as condições de matrícula e frequência de alunos com deficiência na educação básica considerando as possíveis barreiras de acessibilidade enfrentadas para permanência nas instituições de ensino.

A relevância da pesquisa pesquisa está implicitamente relacionada ao crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência na Educação Básica. Em 2022, no ensino fundamental registrou-se 1.001.139 matrículas, que correspondente ao percentual de 65,5% dos alunos com deficiência na Educação Básica. No ensino médio foram 204.233 matrículas, 13,4% que somados ao percentual do ensino fundamental totalizam 78,9% dos alunos com deficiência matriculados na Educação Básica. (Brasil, 2023). O expressivo aumento de alunos com deficiência na Educação Básica instigam a investigação sobre como as condições matrícula, acessibilidade e permanência de estudantes com deficiência tem sido abordados nos artigos científicos publicados no país.

O texto será organizado com as seguintes seções introdução com o problema de pesquisa, objetivo e justificativa; metodologia, composta por revisão de literatura na biblioteca virtual de revistas científicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos CAPES e na Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e

Portugal (Redalyc) e pela análises estatística sobre corpus textuais com uso do software Iramuteq; referencial teórico contendo as principais discussões teóricas sobre acesso e permanência de alunos com deficiência na educação básica com base nos autores Uchôa e Chacon (2022); Carvalho (2013); Negrini et. al. (2010); Kasper, Loch e Pereira (2008); Jesus e Vieira (2011) e Piccolo (2022) e resultados e discussão com a esquematização e análise dos dados obtidos e, por fim, as considerações finais do estudo seguidas das referências.

METODOLOGIA

O percurso metodológico será composto pela revisão de literatura na biblioteca virtual de revistas científicas SciELO, no Portal de Periódicos CAPES e na Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc). Foram utilizados os descritores Inclusão Escolar, Educação Especial, Educação Inclusiva, Necessidades especiais, Matrícula, Acesso, Frequência, Permanência, Educação Básica, Ensino fundamental, Ensino médio com os operadores booleanos AND e OR que resultaram na seguinte equação de busca: ("Inclusão Escolar" OR "Educação Especial" OR "Educação Inclusiva" OR "Necessidades especiais") AND ("Matrícula" OR "Acesso" OR "Frequência" OR "Permanência") AND ("Educação Básica" OR "Ensino fundamental" OR "Ensino médio").

Após seleção dos artigos, considerando como critérios de inclusão textos que abordem acesso e permanência de alunos com deficiência na educação básica, o programa Rayyan foi utilizado para organizar a leitura e seleção dos artigos pelos pesquisadores. O total de 141 artigos foram adicionados ao programa e após análises realizadas pelos 2 revisores. A análise dos estudos foi realizada, inicialmente, pela leitura dos títulos e resumos, seguida por leitura integral dos 53 artigos que se enquadraram nos critérios de seleção destacados. Durante a leitura dos artigos selecionados, buscou-se identificar trechos sobre acesso e permanência dos alunos com deficiência às escolas.

Os textos selecionados foram tratados e analisados com uso do software Iramuteq, por meio de análises estatísticas sobre textos e palavras. Serão utilizadas a análise de Especificidades e Análise Fatorial Confirmatória (AFC), Classificação hierárquica descendente (CHD) e nuvem de palavras fornecidas pelo software.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Inclusiva e a Educação Especial, na perspectiva inclusiva compreende que todos tem direito a educação, independente de suas características físicas, culturais, linguística, psíquicas e políticas. Para Uchôa e Chacon (2022), a Inclusão Escolar e a Educação Inclusiva são desafiadoras, exigem formação e capacitação dos profissionais, trabalho sistemático e planejamento para aprendizagem dos alunos, além de dedicação e empatia. Para os autores, a privação de acesso e permanência dos estudantes com deficiência “ faria da escola uma espécie de máquina de exclusão”, Uchôa, Chacon (2022, p. 3) pois considera-se que a inclusão de alunos com deficiência tem impactos na educação, trabalho e vida social.

Para realização da pesquisa considera-se a Educação Especial uma modalidade de ensino que “perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.” (Brasil, 2008, p. 16). E, como público da Educação especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ainda sobre a oferta de educação para o público da Educação especial, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 tem como objetivo na meta 4 a universalização do acesso à educação e ao AEE para estudantes com deficiência de 4 (quatro) a 17 (dezessete) “[...] preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.” (Brasil, 2014)

Carvalho (2013) analisa o processo histórico do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e caracteriza como um sistema misto que integra escolas comuns e especiais mas ratifica que Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) recomenda que a inclusão deve ocorrer nas escolas e classes comuns. No entanto, há indicativos de que o AEE pode ser ofertado também em salas de recursos ou centros especializados públicos e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Diversos textos legais discorrem sobre os direitos das pessoas com deficiência afirmam que a educação gratuita é dever do estado (Brasil, 1988) e que a educação constitui direito da pessoa com deficiência (Brasil, 2015). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, nos artigos 58 e 59 garante que a educação do alunos com deficiência aconteça preferencialmente na rede regular de ensino, com currículos, métodos, técnicas, recursos

educativos e organização específicos adaptados, terminalidade específica, professores com especialização adequada em nível médio ou superior e professores capacitados para nas classes comuns; educação especial para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares.

Em consonância com as legislações supra citadas, Negrini et. al. (2010) afirmam sobre a existência de políticas consistentes em relação à acessibilidade mas destacam que no ambiente escolar as restrições não se limitam aos arquitetônicos, de comunicação ou de infraestrutura.

Diante disso, coloca-se a necessidade de se pensar a acessibilidade também nesta direção, promulgando não somente o acesso destes sujeitos ao ambiente escolar, através de reestruturação, modificações, adaptações arquitetônicas e urbanísticas (as quais se sabe o quanto também são relevantes e necessárias), como também adaptações curriculares, de atitudes e de organização do processo de ensino/aprendizagem. (Negrini et. al, 2010, p.295)

Para as autoras adaptações arquitetônicas e urbanísticas juntamente com as adaptações curriculares, atitudinais e da organização do processo de ensino/aprendizagem fornecem a “[...] acessibilidade de uma maneira mais global, envolvendo demais elementos que compõem o acesso e a permanência destes alunos no contexto escolar.” (Negrini et. al, 2010, p.295)

Tais barreiras impactam a realidade das escolas brasileiras, bem como o nível econômico e sociocultural de seus alunos e os dados sobre a inclusão de alunos com deficiência conforme apresentados por Kasper, Loch e Pereira (2008). Em sua pesquisa, as autoras demonstram que pobreza e deficiência podem prejudicar ou inviabilizar a frequência corroborando para o processo de exclusão escolar; que escolaridade média das pessoas com deficiência é menor que a escolaridade média das pessoas sem deficiência e que a não participação ou abandono da escola é maior na parcela da população que possui alguma deficiência e que aproximadamente um terço da população com deficiência com idade compatível para o mercado de trabalho possui, no máximo, dois anos de estudo. Piccolo (2022) reflete que diante da falta de adequações, os alunos com deficiência podem experimentar a exclusão tanto nos ambientes físicos quanto “[...] nas relações ensino-aprendizagem, no manejo das avaliações, no conteúdo programático, na organização escolar, no papel da comunidade, nas relações interpessoais e expectativas geradas para cada estudante”.

Portanto, além de minimizar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas faz-se necessário investir em políticas públicas para a formação de professores, reorganização das estruturas das unidades de ensino, dos currículos escolares e dos processos de avaliação, garantia de acesso, permanência e ensino, Jesus e Vieira (2011). Além de ressignificar a deficiência e combater ao

capacitismo institucional promovendo a remoção das barreiras físicas e atitudinais, Piccolo (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados de buscas para revisão de literatura na biblioteca virtual de revistas científicas SciELO, no Portal de Periódicos CAPES e na Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc) foram encontrados 136 dos quais 85 foram excluídos e 51 foram selecionados a partir do uso dos descritores Inclusão Escolar, Educação Especial, Educação Inclusiva, Necessidades especiais, Matrícula, Acesso, Frequência, Permanência, Educação Básica, Ensino fundamental, Ensino médio com filtros de publicações nacionais e em língua portuguesa na área de Educação, sem definição de recorte temporal inicial e recorte temporal final em 2023.

Para seleção dos artigos utilizou-se a avaliação no formato duplo cego para triagem dos textos, avaliando-se títulos e resumos, realizada por dois profissionais, por meio do aplicativo de revisão Rayyan. Com as estatísticas do aplicativo, é possível observar, na amostra escolhida, que entre os anos de 2006 até 2015 que o número de publicações variou de 1 a 8 artigos por ano. Com aumento de publicações registrados a partir de 2016 com 17 artigos, 2018 e 2020 com 8 publicações, 2019 com 19, 2021 com 11, 2022 com 13 e 2023 com queda para 10 artigos encontrados dentro dos critérios de inclusão. Os dados sobre sexo, revelam que a maioria dos textos foram escritos por mulheres, com 77 autoras femininas e 23 masculinos. Existe variedade de autoria, sendo que 93 autores publicaram apenas um texto sobre a temática. Destacam-se os autores Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves com 4 artigos, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins com 3, Luiz Renato Martins da Rocha, Erica Kassar, Mônica De Carvalho Magalhães, Alexandre Braga Vieira e Clarissa Haas com 2 publicações. Observa-se a pulverização de pesquisadores com interesse na temática, que podem indicar ausência de continuidade e aprofundamento de pesquisas sobre a temática pelos pesquisadores.

Em relação as revistas, conforme tabela 1, as revistas com maior número de publicações foi a Revista Educação Especial, seguida das revistas Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação e Revista Brasileira de Educação Especial. Ainda foram registrados três periódicos com duas publicações analisadas e os demais, com apenas uma publicação que contemplou a temática estudada pela pesquisa, foram distribuídas em 19 periódicos diferentes.

Tabela 1 – Quantidade de publicação por periódicos científicos

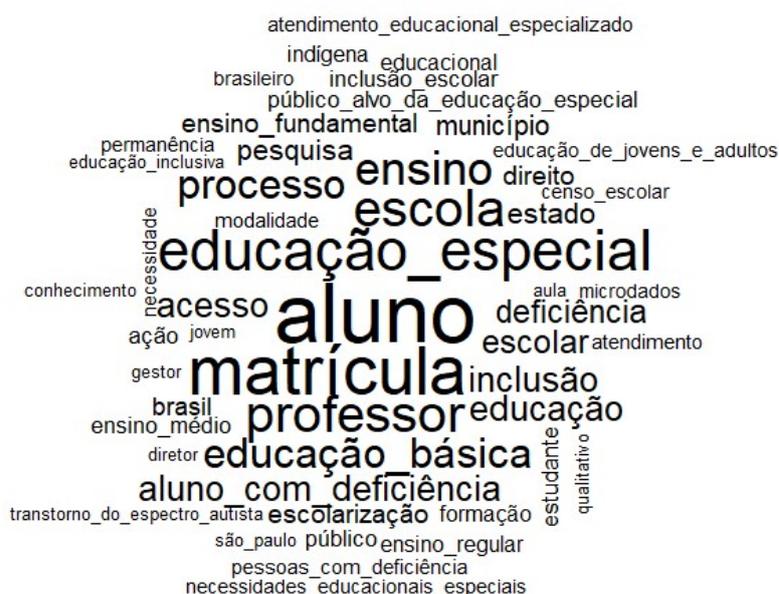
Educação e Realidade	2
Educar em revista	2
Journal of Research in Special Educational Needs	2
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	6
Revista Brasileira de Educação Especial	6
Revista Educação Especial	14

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa, 2024.

Após seleção dos artigos, considerando os textos que abordassem temáticas sobre acesso e permanência de alunos com deficiência na educação básica, os dados foram analisados com uso do software Iramuteq, por meio de análises estatísticas sobre textos e palavras. Foram utilizadas a nuvem de palavras, análise de Especificidades e Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e Classificação hierárquica descendente (CHD) fornecidas pelo software.

A partir do corpus textual composto por 51 textos, foram divididos em 242 segmentos de textos, com 8454 ocorrências, 1492 formas ativas e 744 hapax (palavras que apareceram apenas um vez ao longo do texto) e 164 segmentos classificados (67,77%). Destaca-se as palavras com frequência maior ou igual a 20 ocorrências que foram: aluno (n=77), matrícula (n=61), Educação Especial (n=52), escola (n=46), professor (n=45), ensino e estudo (n=41), educação básica (n=36), acesso (n=29), inclusão, educação e aluno com deficiência (n=28), deficiência (n=24) e município (n=20) com 19 pesquisas com/sobre o Ensino Fundamental, 16 no Ensino Médio, 11 sobre Educação de Jovens e Adultos e 9 na Educação Infantil.

Imagem 1 – Nuvem de palavras

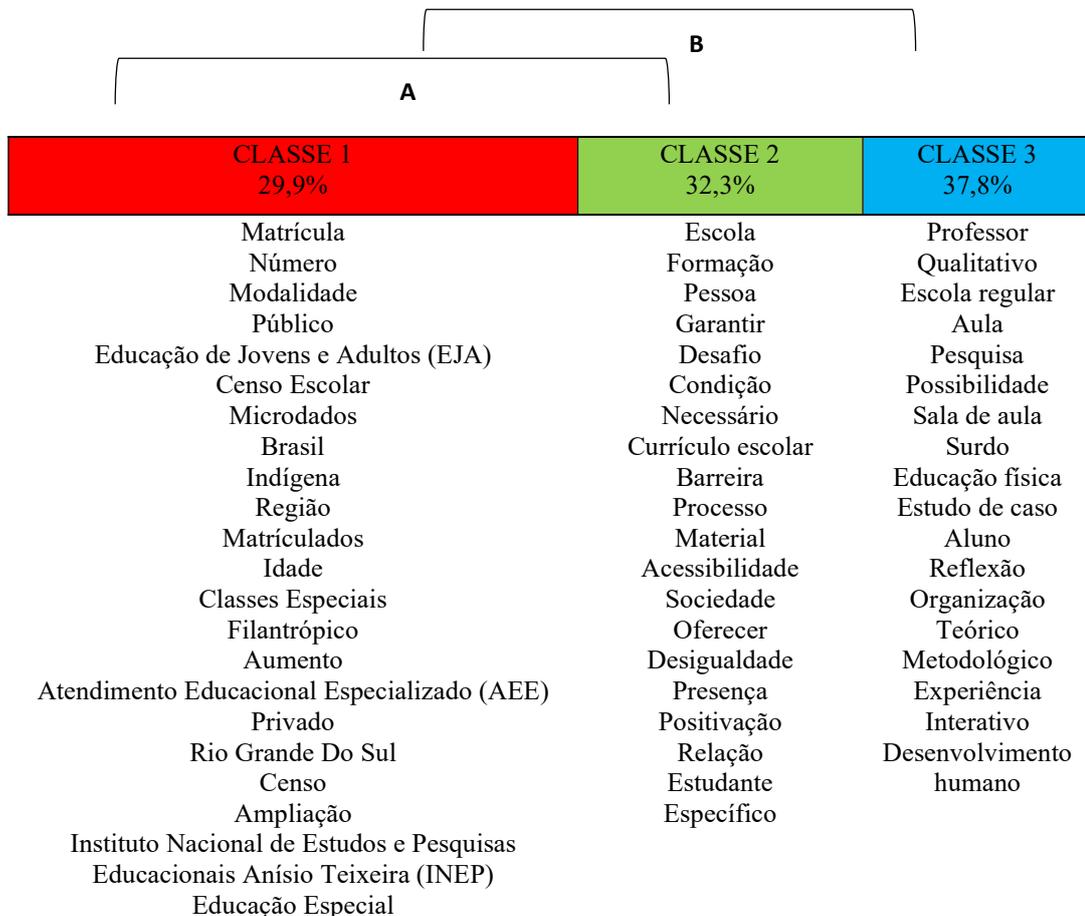


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa, 2024.

A nuvem de palavras apresenta visualmente as frequência de palavras, quanto maior o número de ocorrência maior a grafia da palavra, imagem 1. Observa-se a prevalência de pesquisas com foco no aluno com deficiência, formação de professores e gestão para garantia da matrícula e permanência destes estudantes nas diversas etapas e modalidades da educação básica com destaque para uso dos dados do Censo Escolar.

Com a Classificação Hierárquica Descendente, o conteúdo analisado foi categorizado em três classes: Classe 1, com 49 STs (29,9%), Classe 2, com 53 STs (32,3%) e Classe 3, com 62 STs (37,8%). Observa-se que as três classes se dividem em duas ramificações (A e B) do corpus textual, imagem 2. O dendograma permitem a melhor visualizam das classes a partir das palavras que as compõem, conforme imagem 2, elaborado com base no teste Qui-Quadrado (X^2), da Classificação Hierárquica Descendente, que possibilita identificar, as evocações que apresentam vocabulário semelhante entre si, dentro de cada classe e vocabulário diferente entre as outras classes.

Imagem 2: Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

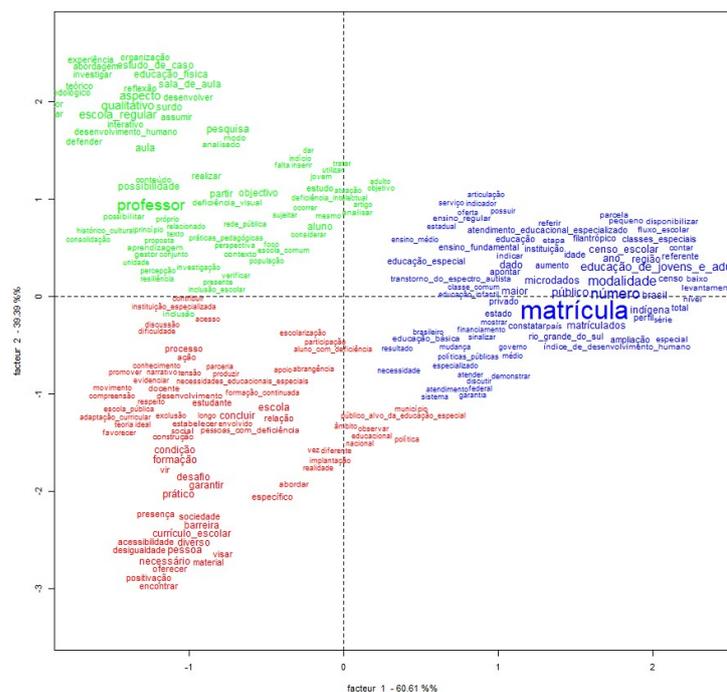


Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq, 2024.

De acordo com as evocações, nomeou-se cada subcorpus. Sendo o subcorpus A, denominado “Acesso e permanência de estudantes com deficiência na Educação Básica” composto pelas classes 1 “Dados quantitativos e locus da Educação Especial” e classe 2 “Desafios para implementação da Educação Especial, que se refere às discussões sobre teoria e prática sobre matrículas e acesso de alunos com deficiência na Educação básica, incluindo estudos sobre formação de professores, gestão, dados estatísticos do Censo Escolar da Educação básica, ações e estratégias para adaptações físicas e curriculares, relações interpessoais, diversidade, diferença e preconceito.

Na classe 1, encontram-se estudos que identificam aumento das matrículas de alunos com deficiência, distribuídas em diferentes etapas e modalidades da Educação básica, em instituições públicas, privadas e filantrópicas. Na classe 2, destacam-se estudos com foco na análise das condições em que a inclusão de alunos com deficiência tem sido efetivada considerando a estrutura das escolas, formação de professores, barreiras de acessibilidade, adaptações de materias e curriculares e reflexões sobre os desafios para a educação inclusiva em relação ao respeito a diversidade dos estudantes com deficiência. Por fim, o subcorpus B, intitulado “Perfil das pesquisas”, contém os discursos correspondentes à Classe 3, “Caracterização das pesquisas”, que contempla discussões sobre a constituição da pesquisa, metodologias, sujeitos e local de pesquisa e resultados encontrados.

Imagem 3 – AFC da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq, 2024.

A AFC da Classificação Hierárquica Descendente permite visualizar que as três classes se apresentam num segmento central que se expande para pontos periféricos, em que os outros quadrantes são ultrapassados por poucas palavras (Classes 2 e 3), o que indica separação significativa entre as classes. Sendo assim, as Classes 2 e 3 são mais próximas e em lado oposto à Classe 3, o que confirma maior proximidade do conteúdo das duas primeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as políticas de educação na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência, considera-se que esta pesquisa foi relevante na medida em que pretendeu-se analisar as condições acesso e permanência de estudantes com deficiência na Educação Básica. Os dados apontam para o crescimento do número de matrículas desses alunos na rede regular de ensino e maior concentração de estudantes nos anos iniciais do Ensino fundamental, havendo matrículas distribuídas e todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Ainda existem desafios a serem superados para que o acesso a educação de qualidade seja efetivo, sendo necessários investimentos e pesquisas sobre formação de professores, diminuição de barreiras de acessibilidade, adaptações curriculares, respeito a diversidade e diminuição do preconceito.

REFERÊNCIAS

- _____. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em:
17/02/2024.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 17/2/2024
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, E. N. S. de. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 26, n. 46, p. 261–276, 2013. DOI: 10.5902/1984686X4662. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4662>. Acesso em: 12 abril. 2024.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. DE .. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. e0170, 2021.

JESUS, D. M. DE .; VIEIRA, A. B.. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. Educar em Revista, n. 41, p. 95–108, jul. 2011.

KASPER, A. DE A.; LOCH, M. DO V. P.; PEREIRA, V. L. D. DO V.. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. Educar em Revista, n. 31, p. 231–243, 2008.

NEGRINI, T.; COSTA, L. C. da; ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. DOI: 10.5902/1984686X1632. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1632>. Acesso em: 24 maio. 2024.

PICCOLO, G. M.. PELO DIREITO DE APRENDER: CONTRIBUIÇÕES DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA À INCLUSÃO ESCOLAR. Educação em Revista, v. 38, p. e36926, 2022.

UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 35, p. e46/1–18, 2022. DOI: 10.5902/1984686X69277. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69277>. Acesso em: 24 abril. 2024.